



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

**Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da Portaria Municipal nº 31/2023).**

À guisa de introdução, elucidam-se os pontos importantes da Política Nacional Aldir Blanc, que é considerada uma oportunidade histórica de estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante os repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada. A referida política permitirá investir regularmente em projetos e programas, não só de modo emergencial, como foi na Lei Aldir Blanc 1 e na Lei Paulo Gustavo. Os entes federativos irão implementar ações públicas em editais e chamamentos abertos para os/as trabalhadores (as) da área da cultura. Assim como poderão executar os recursos nas políticas culturais locais de maneira direta. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão receber os recursos, anualmente, durante 5 (cinco) anos. O primeiro repasse será realizado em 2023 e o último em 2027. Em regra, os entes federativos receberão o repasse pelo Fundo de Cultura, entretanto, no caso de inexistência de fundos de cultura estaduais e municipais aptos a terem contas criadas vinculadas a eles os recursos federais de que trata a PNAB, o repasse será direcionado para o órgão definido pela autoridade competente de cada ente federativo recebedor no momento de inscrição do plano de ação na plataforma Transferegov. Frisa-se, por oportuno, que a partir de 11 de julho de 2024, todos os Estados, Distrito Federal e Municípios que assinaram o Termo de Adesão da Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) deverão, obrigatoriamente, ter conselho, plano e fundo de cultura instituídos. No que tange ao tempo de execução, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão executar os recursos da PNAB até o dia 31 de dezembro do ano subsequente à aprovação do Plano de Ação

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)**

Embora o município de São Geraldo ainda não tenha consolidado seu Plano de Contratações Anual (PAC), a contratação da **Assessoria e Consultoria para Operacionalização PNAB** encontra-se alinhada ao planejamento do Município de São Geraldo, tendo em vista que a Lei é um repasse nacional, tendo, assim, previsão orçamentária para sua realização.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da Portaria Municipal nº 31/2023).**

Para a contratação, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- Proposta Comercial;



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- Comprovantes de preços compatíveis com a proposta;
- Documentos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira;
- Comprovação de execução de serviços de consultorias em leis do governo

## 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

***Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da Portaria Municipal nº 31/2023).***

Para a estimativa da quantidade de prestação de serviço de assessoria e consultoria, no que tange ao tempo de execução, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão executar os recursos da PNAB até o dia 31 de dezembro do ano subsequente à aprovação do Plano de Ação.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

***Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).***

***Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da Portaria Municipal nº 31/2023)***

Um levantamento de mercado para contratar uma consultoria para a Lei Aldir Blanc envolve uma análise detalhada das alternativas disponíveis no mercado, com foco na escolha da solução mais adequada tanto tecnicamente quanto economicamente. Aqui está um esboço do processo:

1. **Definição dos Requisitos:** Primeiro, é crucial entender os requisitos específicos para a consultoria da Lei Aldir Blanc. Isso inclui os serviços necessários, prazos, orçamento disponível e outros critérios importantes.
2. **Identificação de Alternativas:** Pesquise e identifique as consultorias que oferecem serviços relacionados à implementação da Lei Aldir Blanc. Isso pode envolver uma pesquisa online, consulta a bancos de dados de consultorias, referências de colegas do setor, entre outros métodos.
3. **Análise das Alternativas Passivas:** Analise cada uma das alternativas identificadas com base em critérios pré-definidos. Isso pode incluir a revisão de suas credenciais, experiência relevante, histórico de projetos anteriores, equipe técnica, reputação no mercado, entre outros.
4. **Justificativa Técnica:** Avalie a capacidade técnica de cada consultoria para atender às necessidades específicas da implementação da Lei Aldir Blanc. Considere fatores como experiência na área cultural, familiaridade com a legislação pertinente, metodologias de trabalho, entre outros.
5. **Justificativa Econômica:** Além da capacidade técnica, é importante considerar o aspecto econômico. Compare os custos propostos por cada consultoria com os benefícios esperados e o valor agregado que oferecem. Isso pode incluir uma análise detalhada dos orçamentos propostos, taxas de consultoria, custos adicionais, descontos oferecidos, entre outros.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6. **Tomada de Decisão:** Com base na análise das alternativas passivas e nas justificativas técnica e econômica, tome uma decisão informada sobre qual consultoria contratar. Certifique-se de que a escolha atenda aos requisitos da Lei Aldir Blanc, seja viável tecnicamente e represente um bom valor para o investimento.
7. **Contratação e Acompanhamento:** Após a seleção da consultoria, formalize o contrato e estabeleça um plano de acompanhamento para garantir que os serviços sejam entregues conforme acordado e que os objetivos do projeto sejam alcançados dentro dos prazos estabelecidos.

Este processo ajudará a garantir que a consultoria selecionada seja a melhor opção para apoiar a implementação da Lei Aldir Blanc, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico

## 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** *Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da Portaria Municipal nº 31/2023).*

O valor estimado para a contratação da **Assessoria e Consultoria para Operacionalização PNAB** se deu com base na proposta enviada pelo seu representante exclusivo, estado o valor proposto compatível com os preços praticados no mercado de shows artísticos para eventos similares ao que será contratado pelo município.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** *Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da Portaria Municipal nº 31/2023).*

A solução como um todo consiste na contratação de Assessoria e Consultoria para Operacionalização PNAB, a fim de. A solução completa para a contratação de assessoria e consultoria para a execução da Lei Aldir Blanc envolve vários aspectos, desde a definição clara dos requisitos até a garantia de manutenção e assistência técnica contínuas. Será definido claramente os requisitos do projeto, incluindo os objetivos, escopo do trabalho, prazos, orçamento disponível e quaisquer necessidades específicas relacionadas à implementação da Lei Aldir Blanc.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/OU NÃO

**Fundamentação:** *Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).*

A solução será contratada de forma integral, uma vez que seu parcelamento não é tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamentação:** *Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)*



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## **Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da Portaria Municipal nº 31/2023)**

O demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para a contratação de assessoria e consultoria na execução da Lei Aldir Blanc pode ser elaborado da seguinte forma:

### **1. Economicidade:**

- a. **Redução de Custos:** A contratação de uma assessoria e consultoria especializada pode resultar em uma redução de custos a longo prazo, evitando erros e retrabalho que podem surgir devido à falta de expertise na implementação da Lei Aldir Blanc.
- b. **Eficiência Operacional:** A consultoria pode propor métodos mais eficientes de alocação de recursos, otimizando o uso de materiais e financeiros disponíveis para alcançar os objetivos estabelecidos pela Lei Aldir Blanc.
- c. **Minimização de Riscos:** Ao contar com a orientação de profissionais qualificados, os riscos de não conformidade com a legislação e de desperdício de recursos são reduzidos, o que pode resultar em economias significativas a longo prazo.

### **2. Melhor Aproveitamento dos Recursos:**

- a. **Otimização de Pessoal:** A consultoria pode ajudar a identificar as habilidades necessárias para a execução da Lei Aldir Blanc e propor o melhor aproveitamento do pessoal disponível, atribuindo tarefas de acordo com as competências de cada membro da equipe.
- b. **Utilização Eficiente de Materiais:** Através de uma análise detalhada dos requisitos do projeto, a consultoria pode recomendar a melhor utilização dos materiais disponíveis, evitando desperdícios e garantindo que os recursos sejam direcionados para onde são mais necessários.
- c. **Gestão Financeira Efetiva:** A consultoria pode auxiliar na elaboração de um plano financeiro sólido, garantindo que os recursos financeiros disponíveis sejam alocados de forma estratégica para maximizar os resultados da execução da Lei Aldir Blanc.

### **3. Resultados Pretendidos:**

- a. **Alcance dos Objetivos:** Espera-se que a contratação de uma assessoria e consultoria especializada contribua para o alcance eficaz dos objetivos estabelecidos pela Lei Aldir Blanc, garantindo a implementação adequada das ações previstas e o cumprimento das metas propostas.
- b. **Melhoria da Qualidade:** A consultoria pode ajudar a elevar a qualidade das atividades culturais e artísticas apoiadas pela Lei Aldir Blanc, proporcionando orientação especializada e implementando melhores práticas que contribuam para o desenvolvimento do setor cultural.
- c. **Transparência e Prestação de Contas:** A contratação de uma consultoria pode contribuir para uma maior transparência e prestação de contas na utilização dos recursos destinados à execução da Lei Aldir Blanc, garantindo uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos.

Ao alcançar esses resultados, espera-se que a contratação de assessoria e consultoria para a execução da Lei Aldir Blanc resulte em benefícios econômicos e operacionais tangíveis, proporcionando uma implementação mais eficaz e eficiente da legislação e, consequentemente, um maior impacto positivo no setor cultural e artístico.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



***contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da Portaria Municipal nº 31/2023).***

Planejar e definir os detalhes na execução do serviço será necessário Análise das Necessidades da administração, Identificação de Competências, Mapeamento de Recursos Humanos Disponíveis, Plano de Capacitação e Seleção de Conteúdos Relevantes

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da Portaria Municipal nº 31/2023).

Para que a contratação seja bem sucedida, faz-se necessária também que a mesma seja acompanhada pelos servidores da Divisão de Cultura e Turismo.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

**Fundamentação:** *Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)*

**Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da Portaria Municipal nº 31/2023)**

Ao contratar uma assessoria e consultoria para a Operacionalização PNAB, é importante considerar os possíveis impactos ambientais associados às atividades propostas e implementar medidas mitigadoras adequadas. Aqui está uma descrição dos principais impactos ambientais e das medidas mitigadoras correspondentes:

### 1. Consumo de Energia:

- **Impacto:** As atividades de consultoria podem envolver o uso intensivo de tecnologia, como computadores, servidores e equipamentos de escritório, resultando em um consumo significativo de energia elétrica.
- **Medidas Mitigadoras:** Opte por consultorias que adotem práticas de eficiência energética, como o uso de equipamentos com baixo consumo de energia, desligamento de dispositivos não utilizados e adoção de políticas de economia de energia em suas operações diárias.

### 2. Consumo de Outros Recursos:

- **Impacto:** Além da energia, as atividades de consultoria podem requerer o consumo de outros recursos, como papel, água, combustíveis, entre outros.
- **Medidas Mitigadoras:** Escolha consultorias que adotem práticas sustentáveis de gestão de recursos, como a redução do uso de papel por meio da digitalização de documentos, o uso responsável da água e o transporte consciente para reduzir o consumo de combustíveis.

### 3. Descarte de Resíduos:

- **Impacto:** As atividades de consultoria podem gerar resíduos, como papel, plástico, eletrônicos obsoletos, entre outros, que podem impactar o meio ambiente se não forem descartados adequadamente.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- **Medidas Mitigadoras:** Exija que a consultoria adote práticas de gestão de resíduos responsáveis, como a implementação de programas de reciclagem, a separação adequada de resíduos nos locais de trabalho e o descarte adequado de materiais eletrônicos por meio de programas de logística reversa.

#### 4. Logística Reversa e Reciclagem:

- **Impacto:** A falta de um sistema de logística reversa pode resultar no descarte inadequado de equipamentos eletrônicos, o que pode causar contaminação ambiental devido aos materiais tóxicos presentes nesses dispositivos.
- **Medidas Mitigadoras:** Inclua cláusulas contratuais que exijam que a consultoria implemente um sistema de logística reversa para o descarte e reciclagem adequados de equipamentos eletrônicos e outros materiais, garantindo que esses itens sejam encaminhados para locais de reciclagem certificados.

Ao considerar esses impactos ambientais e implementar medidas mitigadoras correspondentes na contratação da assessoria e consultoria para a execução da Lei Aldir Blanc, será possível promover uma abordagem mais sustentável e responsável para a implementação da legislação, minimizando os impactos negativos no meio ambiente

### 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)**

**Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da Portaria Municipal nº 31/2023)**

Diante do exposto, a contratação da solução pretendida se mostra dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 20 de maio de 2024.

---

**Tanusa Queiroz Coelho**  
Fiscal da Divisão de Cultura e Turismo